

REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

PERGUNTA Número /XII (.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

Assunto: Profissionais das AEC no Porto e em Aveiro com salários em atraso há mais de um mês

Destinatário: Ministério da Educação e Ciência

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda um conjunto de denúncias por partes de diversos profissionais das actividades de enriquecimento curricular (AEC) do país.

No distrito de Aveiro dezenas destes profissionais, licenciados a desenvolver trabalho nas AEC, estão sem receber qualquer remuneração desde que iniciaram funções em Setembro do presente ano, ou seja, há cerca de 3 meses. Este grupo de profissionais é contratado ao abrigo do “Projecto Escola a Tempo Inteiro” (PETIz) da Universidade de Aveiro, em funcionamento nos Agrupamentos de Escolas de Aradas, Cacia e Eixo, no concelho de Aveiro, e no Agrupamento de Anadia, no concelho de Anadia, desde 19 de Setembro de 2011.

Esta situação significa que desde essa data que estão a trabalhar sem qualquer vencimento, ao mesmo tempo que acumulam despesas regulares com a segurança social, finanças, deslocações e materiais didácticos, o que cria naturalmente enormes dificuldades financeiras para os próprios e respectivas famílias.

Segundo indicações da Direcção Regional de Educação do Centro, os agrupamentos devem reger-se pela Portaria n.º 4-A/2011, de 3 de Janeiro, que obriga ao pedido duma autorização ao Ministério das Finanças para contratar uma entidade exterior aos Agrupamentos de Escolas, neste caso a Universidade de Aveiro, que por sua vez contrata os professores das AEC.

Até ao momento os Agrupamentos de Escolas em causa, Eixo, Cacia e Anadia, aguardam esta autorização embora tenham já informado estes trabalhadores que já têm disponíveis as verbas para esta contratação. Todavia, sem a referida autorização superior, os Agrupamentos não podem contratar a Universidade de Aveiro para o desenvolvimento das AEC, o que veio criar a situação

deste grupo de trabalhadores que está impossibilitado de receber os respectivos vencimentos.

No distrito do Porto uma situação semelhante passa-se com os profissionais das AEC contratados pela empresa EDUTECH. Estes estão igualmente sem receber desde há cerca de 2 meses, apesar de já terem passado recibo verde à entidade patronal que os contrata para o desenvolvimento das AEC. No meio de tantas incertezas e perante compassos de espera de mais de um mês, estes trabalhadores estão sem capacidade financeira para gerir as suas vidas e não avistam soluções no curto prazo. Não conseguem deslocar-se às escolas onde trabalham por não terem como suportar nem estas nem as despesas do quotidiano.

Estas situações para além de ocorrerem na absoluta impunidade são ilegais – nunca é demais relembrar a situação totalmente inaceitável em que decorrem muitos dos processos de recrutamento e a contratação dos professores e professoras que garantem, no país inteiro, a chamada *escola a tempo inteiro* para as crianças do 1º Ciclo, a mais profunda precariedade a que estão condenadas estas pessoas, situação aliás já por várias vezes denunciada pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, bem como por movimentos e organizações sindicais.

No final da X legislatura, foi aprovado o Decreto-lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro, com o intuito de regularizar a situação laboral destes profissionais no respeitante aos seus direitos laborais que, em boa verdade, continuam sem ser respeitados, facto aliás confirmado pelas situações aqui denunciadas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação e Ciência, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Educação e Ciência conhecimento de ilegalidade em que decorrem as contratações dos profissionais das AEC no país bem como destes atrasos recorrentes no pagamento dos respectivos salários?
2. Considera o Ministério tolerável que estes profissionais, que já trabalham em situações de enorme precariedade laboral, a esmagadora maioria a recibos verdes e a ganhar muito pouco, sejam ainda sujeitos a atrasos de meses no pagamento dos seus salários?
3. Pode o Ministério informar sobre os prazos dentro dos quais transfere as verbas relativas às AEC para os Municípios do país?
4. Que mecanismo pretende o Ministério accionar no sentido de solucionar a situação destes



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

profissionais que asseguram as actividades de enriquecimento curricular e que estão sem receber devido a obstáculos administrativos criados à margem da lei?

Palácio de São Bento, 16 de Novembro de 2011.

A Deputada,

Os Deputados,

Ana Drago

João Semedo e Pedro Filipe Soares